

**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D)**

**COMPRA DIRETA**

**ATENÇÃO:** Somente utilizar esse modelo de DOD-D para as aquisições e serviços, cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, alterado pelo Decreto 9.412, de 18/06/2018, atualmente correspondentes a R\$ 33.000,00 e R\$ 17.600,00 respectivamente.



1- DATA: 20/2/2020
2 - UNIDADE REQUISITANTE: ESCOLA JUDICIAL Responsável pela requisição: FERNANDA DOS REIS LISBOA Telefone/ramal para contato: 1026
3 - DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO (SERVIÇOS e/ou MATERIAIS/EQUIPAMENTOS) COM SUAS ESPECIFICAÇÕES:  Contratação da desembargadora federal <b>DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA</b> para atuar como palestrante no Seminário “Questões de gênero, diversidade e trabalho”, destinado a magistrados, servidores, estagiários, escolas judiciais e público externo, que ocorrerá no dia 9/3/2020. A palestra terá a duração de 1 hora.  PLANOS ORÇAMENTÁRIOS: Apreciação de causas.
4 - CONTRATAÇÃO URGENTE ou EMERGENCIAL? ( X ) NÃO ( ) SIM. Se sim, justificar  DATA DESEJÁVEL PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS:  9 de março de 2020
5 - JÁ FORAM REALIZADAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES PARA O MESMO OBJETO:  ( X ) NÃO ( ) SIM. Se sim, houve alguma ocorrência que afetou a qualidade dos serviços/fornecimento?
6- JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E OS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:  Os direitos fundamentais e o tratamento isonômico são temáticas que envolvem a todos, sendo fundamental o seu conhecimento, o respeito e a prática. Dentre os princípios de Yogyakarta, um deles preconiza o Direito à igualdade e a não discriminação.  Tais fundamentos foram base para a elaboração da Resolução 270/2018 do CNJ, que trata do respeito à identidade de gênero.  Outra temática importante de se debater, qual seja a desigualdade do mercado de trabalho em relação às mulheres e a violência permanente contra o sexo feminino.  Tais conteúdos atingem diversas temáticas de forma transversal, como a invisibilidade pública, sustentabilidade e direitos humanos, diversidade, raça e igualdade de gênero. Nota-se assim a necessidade de debate e questionamento, motivo pelo qual a resolução acima, em seu artigo 7º, estabelece a formação continuada de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários na temática,  assim como o CNJ inseriu a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5 – que trata da igualdade de gênero, por meio da portaria CNJ 133, de 28 de setembro de 2018.  Ao final desta palestra, o participante deverá ser capaz de:  - Reconhecer a importância da emancipação e da representatividade feminina nos setores privado e público como instrumentos de combate à violência contra a mulher;  <u>Singularidade do objeto:</u> Trata-se de objeto singular, em razão de sua complexidade que demanda especialização do profissional que irá atendê-lo com garantia de eficiência no atendimento ao objeto.  <u>Notória especialização:</u>  Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região  Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (2015-2017 e 2017-2019)  Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela EMAG/TRF3 (2008)  Especialista em Direito Público pela PUC/SP (2000)

Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito da

Bahia (1992)

Especialista em Processo Civil pela Universidade Federal da Bahia (1989)

Coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região (2012-2014)

Coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região (2005 a 2009)

Professora de Direito Tributário em Curso Preparatório para cargos de juiz

federal e Ministério Público Federal (1994 a 2002)

Gestora da Qualidade Total (ISO/9000) no Fórum Federal de Santos no

período de 2001 a 2003

Procuradora da Fazenda do Estado da Bahia (4/1991 a 11/1993)

#### Publicações

- Artigo intitulado "TRF da 3ª Região: A Conciliação no âmbito da Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul", Revista Letrado, IASP, ed. 102, janeiro/fevereiro de 2013, p. 42/43
- Coordenação do Manual de Conciliação da Justiça Federal da Terceira Região, 2013: [http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/Manual\\_Conciliacao\\_6.02.2014.pdf](http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/Manual_Conciliacao_6.02.2014.pdf)
- Artigo intitulado: "A crise do Sistema Financeiro da Habitação e a Resolução Consensual dos Conflitos: Uma Política Voltada à Concretização do Direito à Moradia" (páginas 377/399 da obra "Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos", coordenada por Daniela Gabbay e Bruno Takahashi, Ed. Gazeta Jurídica, 2014)

#### 7 - PREVISÃO DE CUSTOS

Conforme Ato Reg. GP 04/2012

R\$ 250,00 (valor mínimo de hora-aula para o cargo "Magistrado").

#### 8 - NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA?

( X ) Não ( ) Sim. Se sim, indicar local para entrega e prazo máximo para apresentação

8.1 No caso de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo: pasta para congresso – verificação de travamento do zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retilíneas)

8.2 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhado exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)

( ) Não ( ) Sim. Se sim, qual o tamanho mínimo? \_\_\_\_\_

8.3 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido? ( ) Não ( ) Sim

8.4 É prevista marca de referência? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? ( ) Sim ( ) Não

8.5 É exigida marca específica? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos. Justificativa:

#### 9 - PRAZO DE EXECUÇÃO / LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU PARA O FORNECIMENTO

9 de março de 2020

Local: TRT 15ª Região.

Rua Barão de Jaguara, 901, 3º andar, Plenário, Centro, Campinas/SP.

10 - GARANTIA MÍNIMA PARA OS SERVIÇOS E PEÇAS (SE COUBER) / OBJETO: NÃO SE APLICA

11 - HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM OBSERVADOS? ( X ) NÃO ( ) SIM Se sim, especificar quais critérios com citação do item previsto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT: [www.csjt.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023](http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023)

12 - HÁ ARQUIVOS COMO FOTOS, PROJETOS, CROQUIS QUE PODEM SER DISPONIBILIZADOS AOS INTERESSADOS?

( X ) NÃO ( ) SIM Se sim, anexar

13 - HÁ NECESSIDADE DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA? ( X ) NÃO ( ) SIM. Se sim, indicar nomes dos responsáveis para agendamento e telefone para contato

14 - HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? ( X ) NÃO ( ) SIM Se sim, indicar quais normas

15 - SERÁ EXIGIDA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, *AS BUILT*? ( X ) NÃO ( ) SIM Se sim, indicar qual documentação

16 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

NÃO SE APLICA

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Acompanha o presente, os documentos: PAF, AnexoIII, Formulário contendo Dados para contratação de palestrantes externos,